



# JUIZ LEIGO

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. O fecho de um expediente da Redação Oficial emitido por uma autoridade de nível hierárquico superior ao do signatário é:

- a) Atenciosamente
- b) Respeitosamente
- c) Cordialmente
- d) Modestamente
- e) Distinguidamente

2. O memorando é expediente típico da Redação Oficial destinado à correspondências entre:

- a) pessoas de mesmo nível hierárquico
- b) pessoas apenas de nível hierárquico igual
- c) internamente, no âmbito da administração pública
- d) externamente, no âmbito da administração pública
- e) as alternativas *c* e *d* estão corretas

3. O fecho de um expediente da Redação Oficial emitido por uma autoridade de nível hierárquico igual ao do destinatário é:

- a) Atenciosamente
- b) Respeitosamente
- c) Cordialmente
- d) Modestamente
- e) Distinguidamente

4. Qual dos pronomes abaixo devem ser mais utilizados quando do tratamento de autoridades no âmbito da administração pública, quando alguém se dirige diretamente a essa autoridade:

- a) Sua
- b) Tua
- c) Vossa
- d) Nossa
- e) Você

5. Quem emite e quem recebe uma correspondência, de acordo com o Manual da Presidência da República, é, respectivamente:

- a) emissor/receptor
- b) locutor/interlocutor
- c) emitente/emissário
- d) signatário/destinatário
- e) destinatário/signatário

6. Indique a opção em que o verbo não foi empregado conforme as normas ortográficas atuais:

- a) Eles leem um livro.
- b) Os alunos creem na aprovação.

- c) Convém uma nova medida.
- d) Eles intervêm na decisão da equipe.
- e) Eles vêem bons filmes.

7. Em uma das alternativas abaixo há uma palavra com grafia ERRADA, aponte-a:

- a) herói – plateia
- b) réu – anéis
- c) herói – ideia
- d) faróis – géis
- e) véu – pastéis

8. Em qual das alternativas consta palavra que perdeu acento devido ao Novo Acordo Ortográfico:

- a) meia
- b) aldeia
- c) baleia
- d) feia
- e) ideia

9. Marque a alternativa em que a concordância verbal e a pontuação estão CORRETAS:

- a) O Juiz e o Escrivão atuou firmes na produtividade da secretaria.
- b) O Juiz, com o Escrivão, atuou firme na produtividade da secretaria.
- c) O Juiz mais o Escrivão atuou firmes na produtividades da secretaria.
- d) O Juiz atuou firme com o Escrivão na produtividade da secretaria.
- e) O Juiz, com o Escrivão, atuaram firme na produtividade da secretaria.

10. Qual das alternativas abaixo está com o plural dos substantivos INCORRETO:

- a) furtas-cores – beijas-flor – cidade – satélites
- b) elementos-chaves – licenças-prêmio – girassóis
- c) fidalgos – girassóis – mandachuvas
- d) beija-flores – alto-falantes – pontapés
- e) amores-perfeitos – guardas-civis – segundas-feiras

## DIREITO PENAL

11. João é nascido em abril de 1948 e declara, por vergonha de sua idade, num documento público, perante uma repartição pública estadual, que tem 57 anos de idade. Por receio de descobrirem que sua declaração é falsa, João guarda o documento sem provocar, com isso, qualquer consequência. Considerando o caso descrito,

**assinale a alternativa CORRETA:**

- a) João cometeu o crime previsto no Art. 297 do Código Penal (falsificação de documento público).
- b) João cometeu o crime previsto no Art. 298 do Código Penal (falsificação de documento particular).
- c) João cometeu o crime previsto no Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica).
- d) João cometeu o crime previsto no Art. 301 do Código Penal (certidão ou atestada ideologicamente falso).
- e) João não cometeu crime algum.

**12. O funcionário público que solicitar para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, incorrerá na prática do crime de:**

- a) peculato
- b) corrupção ativa
- c) concussão
- d) prevaricação
- e) corrupção passiva

**13. No Código Penal vigente é prevista a possibilidade de enquadramento de um tipo penal como reincidente. Segundo o artigo 63 do CP, há reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior. A respeito da reincidência é CORRETO afirmar que:**

- a) Há reincidência quando o agente, condenado definitivamente no Brasil por uma contravenção penal, pratica, 8 meses depois da referida condenação, um novo crime.
- b) Douglas praticou um furto, foi condenado e terminou de cumprir sua pena em 02/02/2010. Em 03/03/2015, ele comete um outro crime. No julgamento desse segundo delito, Douglas não poderá ser considerado reincidente.
- c) Não prevalecerão os efeitos deletérios da condenação anterior pelo prazo máximo de 6 anos, contados da data do cumprimento ou da extinção da pena. Após esse período, ocorre a caducidade da condenação anterior para fins de reincidência.
- d) Não serão levados em consideração para contagem do prazo de caducidade da condenação anterior para observação da reincidência o período de prova da suspensão ou do livramento condicional.
- e) Na análise da prática de reincidência poderão ser levantadas as condenações em crimes militares próprios e políticos.

**14. No que se refere à legislação que trata de crimes, penas, imputabilidade penal, aplicação da lei penal e seus respectivos institutos, e considerando ainda a jurisprudência sumulada dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir para, ao final, assinalar a sequência CORRETA:**

- ( ) A extinção da punibilidade pela prática do crime de furto alcança o crime de receptação, haja vista que este último só foi possível em razão do primeiro.
- ( ) O indivíduo que oferece droga a seu parceiro de relacionamento, para juntos a consumirem, não comete crime

se a prática for eventual e/ou sem o objetivo de lucro.

( ) O fato de o réu se encontrar em prisão especial não pode ser considerado impedimento à progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado.

( ) Ocorre o feminicídio quando o homicídio é praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, como quando o crime envolve a violência doméstica e familiar ou o menosprezo ou a discriminação à condição de mulher.

( ) A pena do feminicídio poderá ser aumentada se o crime for praticado durante a gestação ou nos seis meses posteriores ao parto.

- a) F-F-V-V-F
- b) V-V-V-V-F
- c) F-V-F-V-V
- d) V-F-V-V-F
- e) F-F-F-V-V

**15. Imagine a seguinte situação hipotética:**

Abigobal, um traficante conhecido e procurado, estava sendo monitorado pela polícia por meio de escutas telefônicas devidamente autorizadas. Numa destas interceptações, os investigadores rastream uma conversa em que Abigobal recebeu ligação de Zé da Boca, este encomendando 50kg de cocaína, pela qual iria pagar R\$ 100.000,00. Zé da Boca combinou de ir buscar a droga no dia seguinte, levando o pagamento em espécie. Antes da entrega da droga ser feita, os agentes policiais, que acompanhavam em tempo real as ligações, prenderam Abigobal e a droga, ainda antes que Zé da Boca chegasse no local. Quando este soube da operação policial, fugiu para casa no meio do caminho. O Ministério Público denunciou Abigobal e Zé da Boca pela prática de tráfico de drogas (art. 33 da Lei nº 11.343/2006). Nas circunstâncias narradas, acerca dos requisitos, elementos e circunstâncias do crime, é CORRETO afirmar que:

- a) Deve ser procedente a denúncia do Promotor que enquadrou Abigobal nas condutas de “vender”, “oferecer” e “ter em depósito” drogas.
- b) Não deve prosperar a denúncia do Promotor que enquadrar Zé da Boca na conduta de “adquirir” drogas, pois o mesmo não praticou o crime, já que não chegou a receber o produto entorpecente.
- c) A denúncia do Promotor que enquadrar Zé da Boca na conduta de “adquirir” drogas deverá ser considerada mera tentativa, pois ele não chegou a receber o entorpecente, mas praticou atos no propósito de adquirir, ainda que não consumados.
- d) Caso Zé da Boca recebesse as drogas combinadas no pedido, mas não procedesse com o pagamento, a conduta a ser enquadrada no tipo penal seria “transportar”, já que não se pode comprovar a conduta “adquirir”.
- e) A conduta consistente em negociar por telefone a aquisição de droga configura o crime de tráfico de drogas em sua forma tentada, restando a forma consumada somente se restasse efetivada a apreensão do material entorpecente após o investigado realmente o receber.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 16. Sobre o Inquérito Policial, Ministério Público e Sujeitos do Processo, analise as seguintes assertivas:

I - Constitui-se em procedimento preparatório da ação penal, de caráter judicial, conduzido pela polícia judiciária (regra) e voltado à colheita preliminar de provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria, o qual servirá para a formação da opinião delitiva do titular da ação penal.

II - Considerando a importância que o inquérito policial assume nas investigações criminais, pode-se afirmar que o mesmo é prescindível à propositura da ação penal.

III - O arquivamento indireto ocorre quando o titular da ação penal deixa de incluir na denúncia algum indiciado ou fato investigado sem explicitar qualquer motivação.

IV - A participação de membro do Ministério Público na fase investigativa criminal não acarreta seu impedimento ou suspeição para o oferecimento de denúncia.

V - O Juiz estará impedido de exercer a jurisdição, entre outras hipóteses, caso ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.

Está CORRETO o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) II, III e V
- d) III, IV e V
- e) II e IV

### 17. No que pertine à prisão e à liberdade provisória, analise as seguintes assertivas:

I - As prisões dividem-se em dois grandes grupos, a saber: a prisão pena e a prisão sem pena, está também conhecida como prisão cautelar, temporária ou processual.

II - O regime disciplinar diferenciado é aplicável tanto aos presos provisórios quanto aos definitivos e terá duração de 365 dias, sem prejuízo de sua reiteração caso ocorra falta grave da mesma espécie.

III - Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, não haverá crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível sua consumação.

IV - Nos termos da lei, a prisão domiciliar poderá, sob o crivo do magistrado, substituir a prisão preventiva quando o agente for, entre outras situações: maior de 80 (oitenta) anos; imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de sete anos de idade ou com deficiência; gestante.

V - A liberdade provisória poderá ocorrer com ou sem fiança, contudo, alguns crimes não permitem a concessão de fiança, entre eles os crimes: de racismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, latrocínio e epidemia com resultado morte.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) III e V
- c) I, III e IV
- d) I, III, IV e V
- e) IV e V

### 18. Sobre os distintos procedimentos previsto no CPP, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No procedimento comum ordinário a audiência de instrução e julgamento deverá ser realizada no prazo máximo de noventa dias, ocasião em que devem estar concluídas as diligências requestadas pelas partes.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, é concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, independentemente de representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor em razão do exercício de suas funções.
- c) Ainda conforme o Supremo Tribunal Federal, constituiu nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, porém não ocorrerá se houver nomeado de defensor dativo.
- d) O júri possui rito bifásico, portanto com duas fases bem delineadas. A primeira, *judicium causae*, pode encerrar com uma das seguintes posturas do Juiz : pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação.
- e) No que toca aos “crimes de responsabilidade” praticados por funcionários públicos, o processo e julgamento competirão aos juizes de direito, cuja queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas. Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

### 19. No que tange à prova, todas as assertivas estão corretas, EXCETO:

- a) Possuem como destinatários imediato e mediato, respectivamente, o Juiz e as partes.
- b) Segundo a teoria dos frutos da árvore envenenada os efeitos da ilicitude podem transpor à prova viciada, de modo a contaminar todo o material dela decorrente.
- c) Embora aceita na jurisprudência nacional, a teoria dos frutos da árvore envenenada não é absoluta, porquanto possui algumas teorias dela decorrentes, da qual se tem como exemplo a teoria da descoberta inevitável, segundo a qual, se existirem outras provas no processo, que possuam independência em relação à prova ilícita produzida, não se poderá tê-las por contaminadas.
- d) A prova emprestada é admissível no ordenamento jurídico brasileiro. Como tal se considera a prova que é produzida em um determinado processo e transposto documentalmente para outro.
- e) Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no processo penal, é nulo exame realizado por um perito, considerando-se impedido o que estiver funcionado anteriormente, na diligência de apreensão.

### 20. Acerca da Execução Penal, analise as seguintes assertivas:

I - São órgãos da execução penal, entre outros, o Juízo da Execução, os Departamentos Penitenciários, o Conselho da Cidade e o Patronato.

II - Segundo jurisprudência do STJ, o tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da

pena abstratamente cominada ao delito praticado.

III - Conforme jurisprudência do STJ, falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena e comutação de pena, porém não interrompe para o indulto.

IV - De acordo com entendimento sumular do STF, a falta de estabelecimento penal adequado autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso.

V - Ainda conforme entendimento sumular do STF, admite-se a progressão de regime ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) II e V
- b) I, II e V
- c) I, III e V
- d) I, II e III
- e) II e IV

## DIREITO CIVIL

### 21. Não é hipótese de emancipação prevista no Código Civil:

- a) concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver, pelo menos, 14 anos de idade.
- b) o casamento.
- c) o exercício de emprego público efetivo.
- d) a colação de grau em curso de ensino superior.
- d) a existência de relação de emprego pelo qual o menor, com 16 anos de idade, tenha economia própria.
- e) participação como acionista em S.A.

### 22. No que concerne à prescrição e à decadência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- b) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição ou que não a alegarem oportunamente.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- d) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- e) Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

### 23. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na novação subjetiva por expromissão, o devedor é substituído na relação obrigacional sem o seu consentimento.
- b) No pagamento por sub-rogação, transfere-se ao novo credor todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal e os fiadores.
- c) Na dação em pagamento, se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, restabelecer-se-á a

obrigação primitiva, ficando sem efeito a quitação dada, ressalvados os direitos de terceiros.

- d) Na imputação em pagamento, se o devedor estiver obrigado a capital e juros, o pagamento imputar-se-á sempre primeiro nos juros e depois no capital.
- e) É possível o pagamento por consignação se existir litígio sobre o objeto do pagamento.

### 24. Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores a respeito da responsabilidade civil, assinale a alternativa que apresenta afirmação INCORRETA:

- a) A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.
- b) Independe de prova do prejuízo, a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- c) A responsabilidade contratual do transportador, pelo acidente com o passageiro, não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva.
- d) A empresa locadora de veículos responde civil e solidariamente com o locatário pelos danos por este causado a terceiro, no uso do carro locado.
- e) É indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado.

### 25. A respeito do penhor, da hipoteca e da anticrese, é CORRETO afirmar:

- a) Os sucessores do devedor podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões.
- b) É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- c) Salvo pela natureza do negócio, o pagamento de uma ou mais prestações da dívida não importa exoneração correspondente da garantia.
- d) A anticrese pode recair sobre bem móvel ou imóvel.
- e) A coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, sem o consentimento de todos; mas cada um pode individualmente dar em garantia real a parte que tiver.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### 26. Acerca do recurso de Apelação, de acordo com o Novo Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que:

- a) A admissibilidade do recurso de apelação deve, obrigatoriamente, ser realizada pelo magistrado de primeiro grau.
- b) Após a intimação da parte apelada para a apresentação de contrarrazões, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independente de juízo de admissibilidade.
- c) A apelação será recebida, em regra, nos efeitos suspensivo e devolutivo.
- d) A insuficiência do valor do preparo, inclusive porte e remessa e de retorno, implicará em deserção imediata, uma vez que o preparo deve ser apresentado no ato na apresentação do recurso.
- e) Nenhuma das alternativas estão corretas.

27. JOSÉ DE TAL ajuizou a competente ação de indenização por danos materiais e morais contra o BANCO XIS, em razão de perceber descontos indevidos em sua conta. Todavia, o autor deixou de indicar a quantificação dos danos materiais sofridos. O juiz da ação determinou a intimação de JOSÉ DE TAL para que este emendasse a inicial, indicando a quantificação dos danos materiais sofridos em razão dos fatos alegados.

O caso descrito refere-se ao princípio processual:

- da vedação da decisão surpresa.
- do contraditório e da ampla defesa.
- da motivação.
- do dispositivo.
- da cooperação.

28. João foi condenado a pagar a Maria uma indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em sentença publicada em 16 de março de 2016, cujo processo tramitou sob o rito ordinário. João apresentou apelação cível, dentro do prazo legal e, ainda, concomitante à apelação, os comprovantes do preparo recursal. Maria, tendo pleiteado, na exordial, indenização no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) impugnou a sentença apenas através de recurso adesivo, após ser intimada para apresentação de suas contrarrazões, contudo, não efetuou pagamento do preparo. Sabendo que não houve comprovação das alegações de Maria, podemos afirmar que:

- Maria deve ser intimada para efetuar o pagamento do preparo, em dobro, sob pena de deserção.
- O recurso adesivo deve ser conhecido, pois a interposição deste recurso independe de preparo recursal.
- O recurso de apelação interposto por João merece conhecimento e improvidante para julgar improcedente o pedido autoral, ante a ausência de provas.
- O recurso adesivo não deve ser conhecido, pois, ausente o pagamento do preparo recursal.
- O recurso adesivo deve ser conhecido, pois independe de pagamento de preparo e, ainda, deve ser provido para majorar o *quantum* referente à indenização por danos morais.

29. Conforme os ditames do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15) analise o seguinte caso concreto:

Ana Maria ajuizou a competente Ação de Indenização por Danos Materiais contra João de Deus, em razão de acidente automobilístico, no qual, o veículo dirigido por Ana Maria restou avariado. Ao receber os autos, conclusos para despacho inicial, o magistrado proferiu sentença de extinção do feito, sem resolução do mérito, com base na ilegitimidade passiva de Ana Maria, pois ausente nos autos o documento do veículo. No caso em questão, sabendo que o veículo pertence a terceiro alheio aos autos, assinale a alternativa correta:

- A sentença deve ser mantida, pois o documento do veículo é indispensável à propositura da referida ação.
- A sentença deve ser mantida, pois, *in casu*, deveria o proprietário do veículo promover a referida ação, uma vez que, para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

- A sentença merece ser nulificada, pois, fere o princípio da vedação da decisão surpresa.
- A sentença merece ser nulificada, pois, Ana Maria é parte legítima para propor a ação.
- Todas as alternativas estão corretas

30. Considerando as inovações dispostas no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), assinale a alternativa INCORRETA:

- Em razão da colaboração, todos os sujeitos que atuam no processo, inclusive o juiz, devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público.
- Pelo princípio da publicidade, todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos.
- O julgamento, segundo a ordem cronológica de conclusão pelos juízes e tribunais, é de atendimento preferencial.
- O princípio da vedação das decisões surpresas se mostra como uma extensão dos princípios do contraditório e ampla defesa, e é intimamente ligado ao princípio da cooperação.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

31. No que concerne aos denominados remédios constitucionais, assinale a alternativa CORRETA:

- A ação popular pode ser impetrada por pessoa jurídica.
- A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- É cabível mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- Qualquer partido político possui legitimidade para propor mandado de segurança coletivo.
- São gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

32. A respeito das classificações das constituições, é CORRETO afirmar:

- A Constituição rígida somente pode ser modificada, após certo tempo, se houver um plebiscito assim determinando.
- A Constituição garantia é a que, além de legitimar e limitar o poder do Estado, traça programas e metas a serem alcançados.
- A Constituição ortodoxa é aquela que tem importância jurídica, mas não valorização legítima, pois é criada apenas para justificar o exercício de um Poder não democrático.
- A Constituição normativa é a que tem plena eficácia e efetividade na realidade social, sendo observada por seus destinatários e detentores do poder.

- e) A Constituição analítica é aquela elaborada lentamente e materializada a partir dos costumes.

**33. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

I - Segundo o sentido político da constituição, na concepção de Carl Schmitt, o texto constitucional não passa de uma folha de papel escrita se não representar a soma dos fatores reais de poder que regem a sociedade.

II - Segundo o sentido sociológico da constituição, na concepção de Ferdinand Lassalle, o texto constitucional equivale à norma positiva fundamental, servindo de fundamento de validade para as demais normas.

III - Segundo o sentido jurídico da constituição, na concepção de Hans Kelsen, o texto constitucional sintetiza a decisão política fundamental do titular do poder constituinte.

- a) Estão corretos I, II e III.  
b) Estão incorretos I, II e III.  
c) Apenas I e II estão corretos.  
d) Apenas III está correto.  
e) Apenas I é incorreto.

**34. De acordo com as assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:**

I) São fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

II) Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; solução pacífica dos conflitos e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

III) Dentre os princípios da República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, estão a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, defesa da paz e autodeterminação dos povos.

- a) Apenas a assertiva I está correta.  
b) Apenas a assertiva I e II estão corretas.  
c) Apenas a assertiva III está correta.  
d) Apenas a assertiva II está incorreta.  
e) Apenas a assertiva III está incorreta.

**35. Sobre os direitos políticos previstos na Constituição, é CORRETO afirmar:**

- a) O militar alistável é elegível, devendo necessariamente afastar-se da atividade, se contar com mais de dez anos de serviço.  
b) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.  
c) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos, para concorrerem a reeleição, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.  
d) As alterações legislativas que alterarem o processo eleitoral entrará em vigor na data da sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.  
e) É vedada a cassação de direitos políticos cuja perda ou suspensão só se dará quando houver cancelamento da

naturalização por sentença transitada em julgado

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**36. No que tange às disposições que tratam dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa ERRADA:**

- a) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou que enriquecer ilicitamente, estará sujeito aos rigores da Lei de Improbidade Administrativa, limitado ao valor da herança.  
b) A Lei de Improbidade Administrativa será aplicada àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato ímprobo ou dele se beneficie de forma direta ou indireta.  
c) O integral ressarcimento do dano causado ao patrimônio público só ocorrerá caso o agente ou terceiro tenham praticado conduta dolosa.  
d) Na fixação das penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, bem como o proveito patrimonial obtido pelo agente.  
e) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa independe da aprovação ou da rejeição das contas pelo controle interno ou pelo Tribunal ou Corte de Contas.

**37. Estão em consonância com a Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo), salvo:**

- a) O desatendimento da intimação importará o reconhecimento da verdade dos fatos.  
b) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente exigir.  
c) Durante o seguimento do processo administrativo será garantida a ampla defesa ao interessado.  
d) A administração pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.  
e) O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo a hipótese de má-fé.

**38. Segundo previsão expressa na LC nº 230/2017, não está de acordo com as vedações aplicáveis aos servidores do Poder Judiciário:**

- a) Dificultar ou deixar de levar ao conhecimento da autoridade competente, por via hierárquica, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, representação, petição, recurso judicial ou administrativo ou documento que houver recebido, se não tiver na sua alçada resolvê-lo.  
b) Indicar ou insinuar nome de advogado para assistir pessoa que seja parte em processo judicial.  
c) Participar de correntes financeiras, consórcios, pirâmides e qualquer ato que evidencie usura.  
d) Conforme a natureza das suas atribuições, manipular, por qualquer modo ou expediente, o caráter aleatório da distribuição.  
e) Cobrar custas, emolumentos ou qualquer outra quantia ou vantagem não prevista em lei ou em valor superior ao previsto legalmente.

**39. De acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, são deveres dos servidores públicos, EXCETO:**

- Ser leal às instituições que servir.
- Cumprir, com presteza, as ordens superiores, ainda que manifestamente ilegais.
- Observar normas legais e regulamentares.
- Exercer com dignidade, zelo e dedicação as atribuições de seu cargo.
- Manter conduta compatível com a moralidade pública.

**40. São penalidades disciplinares expressamente previstas na Lei Complementar nº 13/1994, EXCETO:**

- Suspensão
- Demissão
- Exoneração
- Cassação de aposentadoria ou disponibilidade
- Destituição de função gratificada

## DIREITO DO CONSUMIDOR

**41. Segundo o Código de defesa do Consumidor – CDC marque a alternativa ERRADA:**

- Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestações de serviços.
- Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
- Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, exceto as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária e as decorrentes das relações trabalhistas.
- Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

**42. Acerca da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, é FALSA a seguinte afirmativa:**

- O produto é considerado defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração algumas circunstâncias relevantes, exemplificativamente, enumeradas no CDC.
- O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado se provar a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
- Para efeito da responsabilidade pelo fato do produto ou serviço, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.

**43. No que tange à responsabilidade por vício do produto ou serviço, marque a assertiva ERRADA:**

- Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.
- No caso de fornecimento de produtos “in natura”, o fornecedor imediato será o responsável perante o consumidor, salvo quando for claramente identificável o produtor.
- No contratos de adesão, a cláusula de prazos para saneamento dos vícios dos produtos ou de serviços, deverá ser estipulada pelo fornecedor.
- A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.
- A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.

**44. Marque a alternativa CORRETA, conforme preceitos do Código de defesa do Consumidor:**

- Decai em 5 (cinco) anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- Obsta a decadência, a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.
- A desconsideração da personalidade jurídica não poderá ser efetivada em havendo falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- As sociedades integrantes dos societários e as sociedades controladas, são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do CDC.
- As sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

**45. A respeito das práticas comerciais, assinale a alternativa ERRADA:**

- A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores.
- O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.
- Os serviços ou produtos remetidos ou entregues ao consumidor, sem solicitação prévia, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.
- O valor de um orçamento terá validade pelo prazo de 10 (dez) dias, salvo estipulação em contrário.
- O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

**JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS****46. De acordo com a Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Os incapazes não podem ser parte nas ações que tramitam perante o Juizado Especial Cível.
- b) Têm competência para processar e julgar causas que não excedam 60 (sessenta) vezes o salário-mínimo.
- c) É dispensável o comparecimento da parte autora na audiência de conciliação.
- d) É indispensável a assistência da parte por advogado, independentemente do valor da causa.
- e) Os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte não podem propor ação perante o Juizado Especial Cível

**47. Nos Juizados Especiais Cíveis:**

- a) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro, assistência ou litisconsórcio.
- b) Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, o foro competente será sempre e exclusivamente o do domicílio do réu ou do local do ato ou do fato.
- c) Podem ser julgadas as causas cíveis de menor complexidade, entre elas as ações de despejo para uso próprio e as que não excedam a quarenta vezes o salário mínimo, inclusive as ações possessórias sobre bens imóveis, limitadas a esse valor.
- d) Não poderão propor ações quaisquer pessoas jurídicas, o incapaz, o preso, a massa falida e o insolvente civil.
- e) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, desde que possua vínculo empregatício com a pessoa jurídica.

**48. A respeito da Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí - Lei nº 3.716/79, analise as seguintes assertivas:**

I - O território do Estado do Piauí, para fins de Administração da Justiça, divide-se em comarcas e termos judiciários, constituindo-se numa só circunscrição para os atos da competência do Tribunal de Justiça.

II - Os Juizados Especiais Cíveis, Criminais, da Fazenda Pública e da Justiça Itinerante terão, em sua composição: 02 (dois) Juizes Leigos e 02 (dois) Conciliadores na dos Juizados Especiais das Comarcas de entrância final e intermediária.

III - A Justiça móvel de trânsito terá em sua composição 02 (dois) Juizes Leigos e 05 (cinco) Conciliadores.

IV - O número de Juizes Leigos e Conciliadores pode ser reduzido à metade, desde que o acervo processual do último triênio seja inferior a 50 % (cinquenta por cento) da média do Estado no mesmo período.

V - Inexistem Juizados Especiais no interior do estado, mas apenas em Teresina.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III
- b) I, III e IV
- c) Apenas III está correta
- d) II e V
- e) II, III e IV

**49. A respeito da Lei nº 12.153/2009, analise a assertiva INCORRETA:**

- a) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de sessenta salários mínimos.
- b) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, entre outras, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- c) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas poderá exceder o valor de sessenta salários mínimos.
- d) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- e) O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

**50. No que tange ao procedimento sumaríssimo previsto na lei dos Juizados Especiais Criminais, analise as seguintes assertivas:**

I - Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base em termo circunstanciado de ocorrência, que dispensa o inquérito policial, prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.

II - Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao Juiz o encaminhamento das peças existentes ao Juízo comum.

III - Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral, cabendo ao Juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam o encaminhamento das peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

IV - Oferecida a denúncia ou queixa, será reduzida a termo, entregando-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado para, no prazo de dez dias, comparecer a audiência de instrução e julgamento, da qual também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados.

V - Por ocasião da audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II, III e V
- b) II, III e IV
- c) III, IV e V
- d) I, II e IV
- e) I, II, IV e V.